

José Honório Rodrigues na Biblioteca Nacional (1946-1953) – (re)considerando as relações entre memória e história

André de Lemos Freixo*

Resumo

A partir do estudo dos trabalhos editoriais de José Honório Rodrigues (1913-1987) na Biblioteca Nacional, nas décadas de 1940 e 1950, problematizo aqui as relações entre instituição pública, memória e história com vistas a identificar seu enraizamento na temporalidade (historicidade) e apresentar sua dimensão ético-política. A hipótese que defendo aqui é que a agência de Rodrigues na produção de artefatos de memória (os documentos históricos) fazia-se imprescindível para justificar novas bases e possibilidades historiográficas como as que figuravam nos horizontes dele e de outros intelectuais naquela conjuntura.

Palavras-chave: História do Brasil. Biblioteca Nacional. Memória. História. José Honório Rodrigues (1913-1987).

Abstract

From the study of the editorial work of José Honório Rodrigues (1913-1987) at Biblioteca Nacional in the 1940s and 1950s and questioning here the relationship between public institution, memory and history in order to stress out their roots in temporality (historicity) and to present the ethical-political dimension of that matter. The hypothesis that I advocate here is that Rodrigues works in the production of memory artefacts (historical documents) made itself

* Doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professor no Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

indispensable to justify the opening of new historiographical grounds and possibilities, such as figured in the horizons of his and other intellectuals at that periode.

Keywords: History of Brazil. Biblioteca Nacional. Memory. History. José Honório Rodrigues (1913-1987).

Introdução

*Savoir que les hommes du passé ont formulé des expectations, des prévisions, des désirs, des craintes et des projets, c'est fracturer le déterminisme historique em réintroduisant rétrospectivement de la contingence dans l'histoire.*¹ (Paul Ricœur)

Há aproximadamente trinta anos, Pierre Nora editou e coordenou a publicação do primeiro volume do inventário dos *Lieux de mémoire* (1984) franceses, um marco historiográfico e editorial de proporções monumentais somente concluído quase uma década depois de iniciado (1993).² Na introdução ao primeiro volume, de autoria do próprio Nora, apresenta-se a problemática “dos lugares” a partir de uma análise da relação entre memória e história. O diagnóstico, nesse sentido, foi duro: a memória não existiria mais. Com ainda mais um agravante: em parte, ela teria sido morta pelas mãos da historiografia, estando atada, sepultada, por assim dizer, a lugares de memória: guardiões materiais, funcionais e simbólicos dos restos mortais da memória, das tradições e dos costumes outrora vivos (e vividos em sua plenitude) nas sociedades ditas “tradicionalistas”.³

Nora lançou entre os historiadores e cientistas sociais os problemas e dilemas da sociedade francesa contemporânea ao se relacionar com o seu passado nacional, a dificuldade

¹ RICŒUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Seuil, 2000, p. 497.

² NORA, Pierre (dir.). *Les lieux de mémoire* (7 vols.). Paris: Gallimard, 1984-1993. Uma história da monumental coleção dirigida por Nora foi esboçada por ENDERS, Armelle. *Les lieux de mémoire*, dez anos depois. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 132-137, 1993.

³ Para Pierre Nora, os lugares de memória são: 1) materiais: onde a memória social se ancora e pode ser apreendida pelos sentidos; 2) funcionais: porque têm ou adquiriram a função de alicerçar memórias coletivas e identidades; e 3) simbólicos: onde essa memória coletiva se expressa e se revela. São, portanto, lugares carregados de uma vontade de memória. São vistos como construções históricas, como documentos e monumentos, para dizer como Jacques LeGoff, reveladores dos processos sociais, dos conflitos, das paixões e dos interesses que, conscientemente os revestem de uma função icônica. Na introdução aos sete volumes da coleção, Nora nos diz que os lugares de memória são restos. Rituais de uma sociedade sem ritual, “sacralidades passageiras em uma sociedade que dessacraliza, ilusões de eternidade”, e o que os constituiu foi o jogo da memória e da história em uma interação que levou a sobredeterminação mútua. NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993, p. 21-23.

frente a memórias, narrativas históricas e identidades não tão facilmente distinguíveis como se supunha. Iniciava-se, na década de 1980, pois, a era da comemoração. Diagnóstico significativo e apropriado por eminentes historiadores franceses como, por exemplo, François Dosse e François Hartog.⁴ Porém, com eles, sintomaticamente Nora materializava um “mal estar na historiografia”, para empregar a feliz expressão de Yosef H. Yerushalmi,⁵ frente ao “despertar historiográfico” francês anunciado por Nora, na esteira de Michel de Certeau.⁶

Os conceitos de memória e história de Nora são, contudo, restritos, unívocos e tendem a homogeneizar a questão. Talvez, por estar ainda demasiadamente atado às formulações de Maurice Halbwachs – que encerra a memória a um fenômeno que só existe a partir de grupos sociais (rígidos e pouco dinâmicos) preexistentes, e a história à historiografia patriótica e escolar de fins dos oitocentos.⁷ Porém, não há como negar que o texto do historiador francês se tornou, internacionalmente, espécie de “*locus classicus* onipresente nos estudos sobre memória”.⁸

Pode-se dizer, inclusive, que a historiografia brasileira também se viu diante de um mal-estar entre a memória e a história, especialmente no cenário de redemocratização, a partir de meados da década de 1980.⁹ O recurso aos depoimentos de pessoas (fontes orais) se tornou prática mais e mais comum e a questão da memória, enquanto fator problemático, tornou-se cada vez mais presente. O campo da História Oral se desenvolveu bastante no país, e a temática

⁴ DOSSE, François. *A História*. Bauru: EDUSC, 2003, p. 242; e HARTOG, François. *Regimes d'historicité: presentisme et expériences du temps*. Paris: Seuil, 2003, p. 16.

⁵ YERUSHALMI, Yosef Hayim. *Zakhor: história judaica, memória judaica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992, p. 95 e seguintes.

⁶ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 61 e seguintes.

⁷ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Rio de Janeiro: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

⁸ Tradução livre. FEINDT, Gregor; KRAWATZEK, Félix; MEHLER, Daniela; PESTEL, Friedemann; TRIMÇEV, Rieke. Entangled memory: toward a third wave in memory studies. *History and Theory*, 53, p. 24-44, feb. 2014, p. 25.

⁹ A esse respeito, cabe ver o excelente balanço de Valdeci Lopes Araújo a respeito do cenário historiográfico brasileiro das décadas de 1980 e 1990. O autor concentra-se primordialmente sobre autores que pesquisaram o Brasil e suas instituições (principalmente o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB) no século XIX. Na segunda seção do artigo, Araújo analisa a questão da formação nacional, problemática central para a historiografia oitocentista, inicialmente, mas também de boa parte das escritas históricas das décadas de 1920-1960 (evidentemente por caminhos diferentes), e como se tornou objeto de estudo e crítica historiográfica durante o período de redemocratização. No entanto, apesar de não tematizar propriamente a questão da memória, Araújo nos apresenta alguns autores, como Afonso Carlos Marques dos Santos, Manoel Salgado Guimarães e Lucia Paschoal Guimarães, entre outros, que representam bem a primeira geração de historiadores que se apropriaram dos textos de Pierre Nora no Brasil para problematizar questões como as de identidade nacional, memória, simbolismos, narrativas fundadoras entre outras. ARAÚJO, Valdeci Lopes de. O século XIX no contexto da redemocratização brasileira: a escrita da história oitocentista, balanço e desafios. In: _____; OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Disputas pelo passado: história e historiadores no Império do Brasil*. Ouro Preto: EDUFOP/PPGHIS, 2012, p. 11.

da memória tornou-se parte fundamental dos estudos desenvolvidos.¹⁰ A História do Tempo Presente de François Bédarida e Henry Rousso também apareceu como referência que fortaleceu o debate entre nós.

Após a tradução para o português e a publicação da introdução de Nora, realizada em 1993, houve *boom* de estudos críticos acerca da memória no Brasil. Para Margarida de Souza Neves, o sucesso editorial da iniciativa de Nora fora da França se deveu à questão mais geral da relação entre memória, identidade e projeto de futuro. Ao analisar as práticas culturais, as representações coletivas e os heróis nacionais (franceses), a noção de *lugares de memória* forjada por Pierre Nora foi imediatamente apropriada por historiadores e cientistas sociais das mais variadas latitudes geográficas e ideológicas.¹¹ Apropriações diversas foram feitas e multiplicaram-se os “lugares de memória” pelos trabalhos acadêmicos brasileiros também, quase sempre associados a instituições que desempenharam algum papel na construção dos discursos da identidade nacional brasileira, agora entendidos como objetos de estudo e crítica historiográfica no Brasil. Além dos próceres da autoproclamada “nova história” francesa, como o próprio Nora e Jacques LeGoff,¹² algumas apropriações de autores tão diferentes como Paul

¹⁰ Entre nós, as principais referências nesse sentido são: BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T.A. Editor, 1979; _____. *O tempo vivo da memória*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003; THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992; POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15; _____. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212; e VELHO, Gilberto Velho. Memória, identidade, projeto. In: _____. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar; AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. 6.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

¹¹ NEVES, Margaria de Souza. Lugares de memória na PUC-Rio. Disponível em: <<http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/site/lugaresmargarida.htm>>. Acesso em: 15 dez. 2014. Em levantamento realizado no Banco de Teses da Capes, entre 2004 e 2011 (data limite da última atualização do banco), encontrei 382 trabalhos de história contendo a memória como a problemática desenvolvida. Foram 86 teses de doutorado, 289 dissertações de mestrado e 7 mestrados profissionalizantes. Além destes trabalhos, recorrendo à ferramenta de busca “Google Acadêmico”, entre 1993 e 2014, obtive 48.800 resultados em língua portuguesa. As publicações, entre livros e artigos acadêmicos, contendo “lugares de memória” como mote fundamental no Brasil apresentam desde nomes de ruas e monumentos históricos públicos, passando por instituições como o Colégio Pedro II e o IHGB, mas também arquivos, bibliotecas e universidades brasileiras como “lugares de memória”; além disso, estudos de variadas áreas buscam apresentar os lugares de memória da Medicina, da Educação, da Saúde Pública, da Arquitetura, da Geografia, do Patrimônio, entre outros.

¹² Sem pretender ser exaustivo, podem-se destacar, entre nós, alguns lançamentos editoriais que reforçam este grupo como referências centrais para boa parte da historiografia profissional brasileira nas últimas décadas. São os casos da tradução e publicação (quase simultânea) da coleção *Faire de l'histoire*, organizada por Nora e LeGoff e publicada na França em 1974. Ela foi lançada no Brasil em 1976, sob o título *História*, mas dividida em três volumes (“Novos problemas”, “Novas abordagens” e “Novos objetos”), pela editora Francisco Alves, com segunda edição ainda em 1979. Cabe destacar *Domínios da História* (1997), organizado por Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas, foi inquestionavelmente bem sucedido editorialmente e cumpriu bem a tarefa de atualização, ampliação e difusão das agendas de pesquisa da “Nova História” francesa e suas congêneres na década de 1990. No seu quadro de autores, figurava boa parte dos professores dos programas de pós-graduação em história social do Rio de Janeiro (Universidade

Veyne, Michel Foucault, Gilles Deleuze ou Michel de Certeau, quanto como Benedict Anderson, Eric Hobsbawm e Terence Ranger, entre outros, por exemplo, ampliou o conjunto de estudos que tematizaram a memória no Brasil. O ideário das “comunidades imaginadas” e “tradições inventadas”,¹³ pode-se dizer, contribuiu para que um imperativo construtivista se consolidasse entre nós: em vez de pensar os limites (recíprocos) que memória e história impõem uma à outra, subjugar a primeira à força crítica da segunda – a história social da memória.¹⁴

Para Durval Muniz Albuquerque Júnior, no campo historiográfico brasileiro (mas, decididamente para além deste), o termo invenção acabou ganhando destaque com o gradual afastamento do chamado “padrão historicista”, no qual prevalecia o conceito de formação, tradicionalmente associado à produção historiográfica das décadas de 1940, 1950 e 1960. Para Albuquerque Júnior, tratavam-se de

explicações que remetiam para o emprego de categorias trans históricas, das abordagens metafísicas ou estruturais, que tendiam a enfatizar a permanência, a continuidade e pressupunham a existência de uma essência, de um núcleo

Federal Fluminense e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, principalmente, e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro). Este livro recentemente apresentou um segundo volume, no qual atualiza seu quadro de contribuições. Agora mais amplo, representado nacionalmente por docentes de diversas instituições brasileiras, pode-se concluir que esse campo (história social) somente cresceu nos anos que separam os dois volumes, assim como expandiram-se suas referências. O mesmo pode ser dito da coletânea *Passados Recompuestos*, organizada por Jean Boutier e Dominique Julia e nos dois alentados volumes, intitulados “A Nova História”, organizados e publicados recentemente (2011 e 2013, respectivamente) por Fernando Novais e Rogério F. Da Silva, nos quais apresenta-se (novamente) ao público universitário brasileiro as grandes referências da *Nova História* europeia. As referências completas estão no final deste artigo.

¹³ Deve-se ter em mente que a coletânea organizada por Hobsbawm e Ranger inventariou a questão central da “invenção de tradições” na apropriação do folclore regional e nacional nos processos de constituição identitária (coletiva) da Escócia, do País de Gales, da Índia Britânica e da África Inglesa nos Oitocentos. Trata-se de um tipo bastante específico de análises, mas que padece de um problema grave: a ideia de que tradição significa “falsa consciência” ou ainda “uma história falsificada”, que induz voluntária e deliberadamente ao erro. Como assevera Stephen Bann, no texto de Hobsbawm e Ranger a tradição foi inventada “no sentido pejorativo do termo, quer dizer, saiu do nada para servir a propósitos estritamente funcionais [...]”, dando a entender que somente a História Social (como *ultima ratio*) poderia “desvendar as extravagantes invenções da ‘tradição’”. Se relacionarmos memória e esta ideia de invenção, teremos uma historiografia (*logos*) sempre soberana, objetiva e “livre” de valores e da própria memória (*pathos*). BANN, Stephen. *As invenções da história: ensaios sobre a representação do passado*. São Paulo: Editora UNESP, 1994, p. 20 e 22.

¹⁴ Parecem prevalecer as palavras de Nora acerca da missão iconoclástica da história frente a memória: “História, memória: longe de serem sinônimos, tomamos consciência de que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais [...]. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam. [...] A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. [...] No coração da história trabalha um criticismo destrutor de memória espontânea. A memória é sempre suspeita para a história, cuja verdadeira missão é destruí-la e a repelir”. NORA, op. cit., 1993, p. 9.

significativo da História, de determinadas relações ou processos como sendo determinantes de toda a variedade do acontecer histórico.¹⁵

Esse processo, como analisou Valdeci Araújo, fortaleceu-se em fins da década de 1980 e inícios da de 1990, quando a historiografia tornou-se mais amplamente acadêmica e universitária com a multiplicação dos programas de pós-graduação e o fortalecimento das revistas acadêmicas especializadas,¹⁶ mas igualmente com novas agendas e questões, novas referências teóricas e problemas a serem lançados. Nomes como os de Afonso Carlos Marques dos Santos se destacam por tratar de assuntos como os discursos de construção da nacionalidade brasileira como sendo fundamentalmente ideológicos, na esteira de trabalhos como o de Nora, Veyne, Ranger e Hobsbawm, já citados.¹⁷

Assim, o conceito de invenção, de muitas formas, difundiu-se e começou a ganhar espaço no Brasil.¹⁸ Este ideário construtivista enfatiza, *grosso modo*, a descontinuidade “a ruptura, a diferença, a singularidade” por oposição ao que classificava como estrutural, metafísico, trans histórico ou, simplesmente, “positivista”.¹⁹ O imperativo mencionado acima repousava sobre o “dever” da historiografia de cumprir com sua vocação crítica para desmistificar discursos e ideologias (leia-se: falsas consciências) que permearam o imaginário do nacional e dos nacionalismos do passado, inclusive, nos trabalhos de renomados historiadores pátrios. Assim, observa-se que no caso da historiografia brasileira cristalizou-se a ideia do surgimento de uma nova historiografia crítica como emancipação em relação a uma memória oficial, oficiosa e ideológica. No entanto, esta se desfez dos direitos não apenas dos discursos oficiais de memória, mas de toda e qualquer memória face a uma ciência histórica que se percebe como onipotente.

¹⁵ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Introdução – Da terceira margem eu so(u)rrio: sobre história e invenção. In: _____. *História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história*. Baurio: EDUSC, 2007, p. 20.

¹⁶ Sobre a questão da transformação da historiografia brasileira pela via da universidade, pós-graduações e da multiplicação das revistas especializadas e demais meios de interlocução científica no campo, ver: FICO, Carlos; POLITO, Ronald. *A história no Brasil (1980-1989): elementos para uma avaliação historiográfica*. Ouro Preto: Ed.UFOP, 1992. Sobre a questão das apropriações do conceito de invenção no Brasil, nas décadas de 1980 e 1990, ver também: ARAÚJO, op. cit., 2012.

¹⁷ Como Araújo bem analisou, na esteira de Pierre Nora e Eric Hobsbawm, Afonso Carlos Marques dos Santos lançou uma agenda de pesquisa na qual o desafio era “revelar o ancoramento inevitável de todo discurso histórico na memória social. Assim, mais do que simplesmente estudar livros de história e historiadores, propunha a transformação da memória coletiva e seus fenômenos em objetos de investigação histórica”. Ver: ARAÚJO, op. cit., 2012, p. 26.

¹⁸ Idem, p. 18.

¹⁹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, op. cit., 2007, p. 20.

O presente texto busca contribuir para o debate sugerindo um redimensionamento das relações entre “lugares” institucionais, memória e escrita da história à luz das reflexões de Paul Ricœur, Jan e Aleida Assmann e de alguns representantes do que se pode chamar de uma “terceira onda” de estudos da memória.²⁰ Trata-se de repensar tais relações. A minha questão aqui não é nada simples e tem caráter provisório ainda: estaria a memória absolutamente fora do universo historiográfico? Seria apenas uma figurante, através dos depoimentos colhidos e tratados por especialistas? Um objeto aberto à crítica histórica tão somente? Que tipo de memória os historiadores produzem quando atuam como agentes em instituições de preservação e difusão cultural?

Empiricamente, parto do estudo dos trabalhos editoriais de José Honório Rodrigues (1913-1987) na Biblioteca Nacional (BN) nas décadas de 1940 e 1950. Analisarei as notas introdutórias aos *Anais* e à *Série Documentos Históricos* da BN, especificamente os volumes 71 a 110 da *Série* e os de número 66 a 74 dos *Anais* – publicadas durante o período em que José Honório esteve à frente das Obras Raras e Publicações da BN. O ponto de partida é a configuração desse material enquanto informações de *valor histórico*.

E por que José Honório Rodrigues? Porque ele atuou em instituições públicas de preservação de patrimônio cultural brasileiro de prestígio nacional e internacional.²¹ o Instituto

²⁰ Para estas análises sigo as reflexões de RICŒUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2007; ASSMANN, Jan. Collective memory and cultural identity. *New German Critique*, n. 65, Cultural history/Cultural Studies, p. 125-133 (Spring-Summer 1995); _____. Form as a mnemonic device: cultural texts and cultural memory. In: HORSLEY, Richard; DRAPER, Jonathan; FOLEY, John Miles (dir.). *Performing the gospel*. Orality, memory and mark. Essays dedicated to Werner Kelber. Fortress: Minneapolis, 2006; _____. Communicative memory and cultural memory. In: ERLI, Astrid; NÜNNING, Ansgar (dir.). *Cultural memory studies*. An international and interdisciplinary handbook. Berlin/New York: 2008 e ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2011. Sobre a “terceira onda” de estudos em memória, ver (acima, nota 8): FEINDT; KRAWATZEK et al., op. cit., 2014. Os autores identificam três grandes linhas do campo disciplinar dos estudos de memória (que inexistem no Brasil sob esse formato), que chamam de *ondas*: 1) Maurice Halbwachs e os quadros sociais da memória (memória coletiva), entendimento durkheimiano da memória e historicista da história (pode-se acrescentar aqui Aby Warburg com o conceito de memória social); 2) Nora e seus “Lugares de memória” (“herdeiro” de Halbwachs) e Jan Assmann com o conceito de memória cultural (crítico de Halbwachs e Warburg); e 3) os próprios autores do levantamento, já citados, com o conceito de *entangled memory* (tradução aproximada: “memória envolvida”). Trata-se de um conceito que define que todo ato de rememoração encontra-se enredado sobre duas dimensões: 1) sincrônica – inscreve o indivíduo que recorda em múltiplos quadros sociais (uma polifonia que encontra diversas interpretações contemporâneas do passado simultaneamente); e 2) diacrônica – a memória envolve-se na dinâmica da recordação singular e na mudança de padrões de rememoração da cultura na qual se inscreve.

²¹ Cabe lembrar que, evidentemente, não se tratava de privilégio de Rodrigues. A relação da intelectualidade brasileira com os governos que administravam o Estado brasileiro e suas instituições foi bastante intensa, multifacetada e complexa em todo o período que se estende entre as décadas de 1930 a 1960. Nesse sentido, grande parte dos mais engajados e estudados agentes – desde Mario e Oswald de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Rodrigo Mello Franco de Andrade, Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, passando por

Nacional do Livro (INL), entre 1939-1944, o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores (IRBr/MRE), entre 1945-1956, da Biblioteca Nacional (1946-1955), e o Arquivo Nacional (1958-1964).²² Mas estas instituições não viabilizaram apenas a sua produção autoral, por assim dizer. Nelas, Rodrigues também atuou, como pesquisador e coordenador, preparando, editando e publicando materiais de e para consulta de outros pesquisadores: obras de referência, bibliografias, instrumentos de pesquisa, catálogos, documentos raros e inéditos, entre outros. Quer dizer: ele não apenas elaborou as “suas” histórias ou inventou suas memórias ou tradições a partir de sua produção historiográfica. Ele esteve diretamente engajado ao processo mais amplo de organização, ampliação e elaboração de alguns dos principais meios de memória de alguns de nossos principais arquivos e bibliotecas.²³ Em sua atividade pode-se

Augusto Meyer, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e José Honório Rodrigues, entre tantos outros, – foram também funcionários de destaque em alguns dos principais órgãos oficiais do Estado brasileiro, como Ministério da Educação e Saúde Pública, Instituto Nacional do Livro, Biblioteca Nacional, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (atual IPHAN), fosse durante a ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945) ou em tempos de liberdade, apresentando e conduzindo projetos culturais de toda sorte.

²² No IRBr/MRE Rodrigues atuou como integrante da Comissão de Estudo de Textos de História do Brasil entre 1945 e 1956. Inicialmente ao lado de Helio Vianna e Rodolfo Garcia, entre outros, preparou boletins bibliográficos semestrais que avaliavam a “qualidade” de toda a produção em História referente ao Brasil publicada no país e no estrangeiro. Em outubro de 1948, Rodrigues foi nomeado como encarregado da Seção de Pesquisas do mesmo Instituto, chefiando, coletando, editando e publicando o *Catálogo da Coleção Visconde do Rio-Branco* (1950, 2 vols.) e do volume *Cartas ao amigo ausente* (1953), do Chanceler José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco. No Arquivo Nacional, elaborou um completo relatório acerca da situação do Arquivo, bem como das suas principais carências e necessidades (imediatas e a médio prazo), publicado em *A situação do Arquivo Nacional* (1958). As referências completas encontram-se no final deste texto.

²³ Entre os analistas da vasta obra de José Honório Rodrigues prevalecem estudos sobre a sua produção intelectual. Com críticas maiores ou menores às contribuições desta produção, a ênfase no papel decisivo que este intelectual desempenhou no processo de “profissionalização” da historiografia no Brasil, bem como seu papel como “pioneiro” dos estudos de história da historiografia entre nós permanece como foco central. Nenhuma atenção foi despendida sobre suas iniciativas na elaboração e edição de textos raros, índices, catálogos e bibliografias (obras de referência) – atividades quase sempre desprezadas como sendo “menores”, ou apenas curiosidades biográficas. Ver: GLEZER, Raquel. *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 1977 (2 vols.); LAPA, José Roberto do Amaral. *A história em questão*. Historiografia brasileira contemporânea. Petrópolis: Vozes, 1976; MARQUES, Ana Luiza. *José Honório Rodrigues: uma sistemática teórico-metodológica a serviço da História do Brasil*. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2000; ALVES JÚNIOR, Paulo. *Um intelectual na trincheira: José Honório Rodrigues, um intérprete do Brasil*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP. Marília, 2010; GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, p. 31-47, jan./jun. 2005; GONTIJO, Rebeca. *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu da historiografia ao historiador*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense – UFF. Niterói, 2006; _____. José Honório Rodrigues e a invenção de uma moderna tradição. In: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das; et. al. *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2011. A única exceção, ainda que em comentário muito sucinto, fica a cargo de GLEZER, Raquel. Passado e presente: autores de fortuna variada. In: VARELLA, Flávia; MOLLO, Helena; PEREIRA, Mateus; MATA, Sérgio da (orgs.). *Tempo presente & usos do passado*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

identificar um tipo de engajamento concreto: o de produzir sentidos (interpretações) para a sociedade da qual participava, dimensão ética do seu fazer, e a pretensão de mobilizar a ação em prol de mudanças (avanços e progressos) para a mesma, dimensão política. Apresentar estas dimensões tendo como foco a historicidade própria da questão é o que se almeja a seguir.²⁴

Conhecer mais e melhor para intervir no mundo

O primeiro “emprego” de Rodrigues foi em 1939, como Auxiliar-Técnico de Sérgio Buarque de Holanda na Seção de Publicações do Instituto Nacional do Livro – que funcionava no mesmo edifício da BN. Boa parte de suas obrigações ali consistia na elaboração de traduções integrais e de edições críticas de manuscritos raros, mormente do século XVII.²⁵ Desde seu ingresso no INL,²⁶ os textos produzidos por José Honório e publicados em diferentes ocasiões

²⁴ *Historicidade* aqui pode ser entendida como propõe Valdeci Araújo, na esteira de Heidegger em *Ser e Tempo*: um reconhecimento “do ser para o seu tempo”, do entrelaçamento do passado e do futuro na configuração do agora, percebido sempre como “nosso tempo”. Ver: ARAÚJO, Valdeci Lopes de. História da historiografia como analítica da historicidade. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 12, p. 34-44, ago. 2013, p. 40. Trata-se de uma busca por elementos de *identidade* que tem como objeto uma análise sobre as “formas de acesso ao passado e como a experiência histórica revelada nesses momentos pode ser atingida por uma investigação das formas de continuidade e descontinuidade, isto é, de transmissão”. Idem, p. 41. Em Heidegger, a tradição historiográfica moderna não seria capaz de realizar tal analítica, sendo figurada do lado de uma historicidade que ele chama de imprópria ou inautêntica. Ou seja, uma constante busca pelo hodierno, em atualização do presente às custas do passado. Trata-se de uma crítica voltada às práticas historiográficas modernas (pelo menos desde o século XIX), que lidam com o passado como “utensílio”, ou um objeto manipulável. Sobre isso, Paul Ricœur avança no terreno que Heidegger abriu, mas concedendo espaço um pouco mais nobre aos historiadores de ofício quando indaga: “o historiador está condenado a ficar sem voz diante do discurso solitário do filósofo?”. RICŒUR, op. cit., 2000, p. 373; Ou ainda, “Heidegger não remeteu muito depressa o caráter de ausência do passado acabado à indisponibilidade do manipulável? Com isso não elidiu todas as dificuldades ligadas à representação do que não é mais, mas que uma vez foi?”. Idem, p. 389. Respondendo a estas reflexões, Ricœur nos oferece uma possibilidade de pensar a historiografia, ou a “história dos historiadores”, como algo que não está fadado à historicidade imprópria de que falava Heidegger – uma eterna objetificação e contextualização do passado, fechada numa atitude museográfica e, portanto, cega à possibilidade que se abre sempre num *retorno*. Para Ricœur, a ideia do retorno (que Heidegger herdou de Nietzsche, cabe acrescentar), sintetiza a força do possível e pode exprimir a convergência entre o discurso sobre a historicidade e o discurso da história.

²⁵ Naquela instituição ele aprimorou os conhecimentos bibliográficos e técnicos para a lide com acervos documentais desta natureza, especialmente por conta da sua experiência e estudos sobre a documentação do período holandês em Pernambuco. Cabe lembrar que essa experiência inicial de pesquisa resultou em um ensaio histórico laureado, em 1937, com o Primeiro Prêmio de Erudição da Academia Brasileira de Letras (ABL). Esse texto, escrito em parceria com Joaquim Ribeiro, foi publicado em 1940 na quinta série da Biblioteca Pedagógica Brasileira, da Coleção *Brasiliana* (vol. 180) da Companhia Editora Nacional sob o título *Civilização Holandesa no Brasil*.

²⁶ Sua entrada no INL se deveu a dois fatores: 1º) a desistência de José Antônio Gonçalves de Mello Neto – originalmente contratado para o cargo; e 2º) o reconhecimento de seu esforço como “erudito” e pesquisador dos “Holandeses no Brasil”, em especial no período de Maurício de Nassau. Esses fatores estavam ligados também ao fato de Gilberto Freyre ter intervindo junto a Augusto Meyer, o Diretor do INL, tanto para a contratação do primeiro, como para a substituição da vaga com José Honório, que já conhecia

enfaticavam a *crítica histórica* e os modernos procedimentos técnicos envolvidos na elaboração de edições de documentos raros como um diferencial determinante sobre a confiabilidade que se poderia depositar sobre tais documentos. Percebe-se isso em diversos artigos e resenhas à época, como no que escreveu sobre o relançamento de *Rerum per Octennium in Brasilia*, de Gaspar Barleus, publicada em *Autores e Livros*, suplemento literário de *A Manhã*, órgão oficial do Estado Novo. Cláudio Brandão, tradutor e editor do volume a convite do então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, foi alvo de críticas duras. Rodrigues diferenciava o que julgava traduções e edições “especializadas” do trabalho realizado por Brandão, que ele julgou muito aquém do esperado. Os primeiros realizariam pesquisas sérias e conheceriam métodos de crítica para trabalhos de tal natureza. As correções dos “erros e lapsos” decorrentes de omissões e cotejos mal elaborados foram também elementos recorrentes nas críticas feitas ao trabalho de Brandão.²⁷ Em uma palavra, não se renovaria a historiografia sem uma renovação em termos de documentos para as pesquisas. Havia aqui a questão fundamental da especialização como garantia, frente a esta cultura histórica, de que conhecer mais e melhor (trabalhos especializados) implicava em munir a sociedade brasileira de bons estudos para transformá-la.

Em 1943 José Honório recebeu o convite para uma viagem aos Estados Unidos da América (EUA). Esse convite não era exclusividade sua por duas razões: primeiro, pois ao seu lado viajaram Mattoso Câmara (filólogo) e José do Prado Valadares (especialista em museus). E, em segundo lugar, porque este foi apenas mais um dos muitos intercâmbios entre brasileiros e estadunidenses que Gilberto Freyre, Robert C. Smith, Lewis Hanke, Charles C. Cole, William

de suas reuniões no Clube de Sociologia que formou com alunos da Universidade do Distrito Federal (onde lecionou entre 1935-1937) e de outras faculdades do Rio de Janeiro. Ver: MELLO NETO, José Antonio Gonsalves de. *Bibliografia do Domínio Holandês. Diário de Pernambuco*, Recife, 24 jun., 1951. Sobre o Clube de Sociologia de Freyre, ver: MEUCCI, Simone. *Gilberto Freyre e a sociologia no Brasil: da sistematização à constituição do campo científico*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas, 2006, p. 136 e seguintes.

²⁷ RODRIGUES, José Honório. A edição brasileira do Barleus. *Autores e livros*, suplemento literário. In: *A Manhã*, Rio de Janeiro, 10 ago. 1941, p. 8; A edição de *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil*, de Johan Nieuhof, é outro bom exemplo das suas críticas. Rodrigues foi o responsável pela introdução, notas explicativas e pelo levantamento bibliográfico da edição brasileira do texto. O convite para cotejar a nova publicação com o original holandês (de 1682) – tradução integral para o português a partir da edição em língua inglesa (1703) –, partiu de Rubens Borba de Moraes – à época Diretor da Biblioteca Municipal de São Paulo (atual Biblioteca Mário de Andrade). Sendo assim, José Honório explicava que coube ele “rever e corrigir a tradução brasileira, acrescentando trechos omitidos, emendando, especialmente, datas e nomes e pequenos outros senões e, em conclusão, traduzir a parte final da edição holandesa, onde o tradutor inglês suprimiu 25 colunas”. RODRIGUES, José Honório. *Introdução*. In: NIEUHOF, Johan. *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*. São Paulo: Livraria Martins, 1942. Isso foi necessário, uma vez que avaliava que a edição inglesa não era uma “tradução fiel”. Idem, p. XVII.

Berrien e Rubens Borba de Moraes, entre outros, estabeleceram com vistas a reforçarem o aspecto de especialização – o que nesse caso significava conhecer o que havia de melhor no mundo em termos de ensino superior, pesquisa, instituições de difusão e preservação cultural. Assim, constituiu-se uma sólida e bastante duradoura rede intelectual, internacional e interinstitucional que envolvia, principalmente, a Fundação Rockefeller, a Universidade de Columbia, o INL, a Biblioteca Nacional e a Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, entre outras.²⁸

Rodrigues ganhou sua bolsa de estudos (*Research Fellowship*) para a permanência e a pesquisa nos EUA, concedida pela Fundação Rockefeller, uma das patrocinadoras do *Handbook of Brazilian Studies*, uma obra de referência ampla, que servia de porta de entrada para estrangeiros que desejassem “conhecer o Brasil” pelas lentes dos especialistas de então.²⁹ José Honório viajou na condição de técnico para o aprimoramento de saberes ligados às atividades que já realizava: pesquisa e levantamento de fontes para a edição crítica de textos de valor histórico, considerados raros ou inéditos, e elaboração de uma bibliografia especializada sobre o período holandês no Brasil – isto é, um texto de referência de e para especialistas.³⁰ Firmar importantes contatos com professores universitários e instituições (como bibliotecas e arquivos) nos EUA, expandindo a rede já referida, era fundamental. Além disso, apresentou também cada um dos passos de suas pesquisas, deixando algum espaço para reiterar a necessidade do rigoroso aparato técnico e crítico no preparo da documentação que serviria de

²⁸ NICODEMO, Thiago Lima. Intelectuais brasileiros e a política de divulgação cultural do Brasil entre 1930-1950: primeiros apontamentos para o estudo do problema. *Dimensões*, v. 30, p. 110-132, 2013, p. 117-118.

²⁹ Originalmente em preparo desde 1939, o *Handbook* foi cercado de problemas e atrasos, em parte devido à Segunda Guerra Mundial, mas também por conta dos autores convidados, em especial os responsáveis pelas bibliografias da seção História. Ver: RODRIGUES, Lêda Boechat (org.). *Nova correspondência de José Honório Rodrigues*. Rio de Janeiro: ABL, 2004. Os organizadores do *Handbook* optaram por publicá-lo em partes, inicialmente em inglês e em capítulos, pelo *Handbook of Latin American Studies* (Harvard University Press) a partir de 1943. Apenas em 1949 foi editado e publicado em português, e no Brasil, sob o título *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*, pela Gráfica Editora Sousa. Sobre a gestação do *Handbook*, ver: FREIXO, André de Lemos. *A arquitetura do novo: ciência e história da História do Brasil em José Honório Rodrigues*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, 2012, p. 101 e seguintes. Os organizadores programavam uma publicação que, apesar das eventuais limitações e lacunas, tornar-se-ia guia fundamental para a construção de um amplo “panorama” do Brasil através dos saberes elencados no *Handbook*. Tiveram também o cuidado editorial de incluírem, antes de cada listagem de obras, breves notas introdutórias escritas por diversos intelectuais que, além de José Honório Rodrigues, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, incluíam: Otávio Tarquínio de Souza, Alice Canabrava, Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Manuel Bergström Lourenço Filho, Astrojildo Pereira, J. Mattoso Câmara Júnior e Francisco de Assis Barbosa, entre outros.

³⁰ MORAES; Rubens Borba de; BERRIEN, William (orgs.). *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Sousa, 1949, p. 10.

base para a escrita histórica (nova),³¹ e concluía que os “métodos de publicação de documentos [no Brasil] estão a exigir renovação”.³²

O prestígio do “novo” (a especialização) não era advogado exclusivamente por Honório Rodrigues. Gilberto Freyre, por exemplo, ainda na apresentação ao primeiro volume da Coleção *Documentos Brasileiros* (1936),³³ asseverou

trazer ao movimento intelectual que agita o nosso país, à ânsia de introspecção social que é um dos traços mais vivos da nova inteligência brasileira, uma variedade de material, em grande parte ainda virgem. Desde o inventário à biografia; desde o documento em estado quase bruto à interpretação sociológica em forma de ensaio.³⁴

³¹ O relatório apresentava também o diagnóstico de Rodrigues sobre a carência técnica na edição de documentos históricos, bem como o dos próprios trabalhos historiográficos no Brasil. Para ele, uma edição crítica, além de oferecer “o bom texto”, forneceria também a introdução à obra e ao autor assim como o aparato crítico-bibliográfico. “Ora, essas normas e cuidados não têm sido observados em sua totalidade nas edições do Instituto Nacional do Livro, [...]. Se os organismos a que foram confiados esses trabalhos reformassem seus processos, seria, então, o caso de pleitear que normas gerais fossem estabelecidas para as *próprias casas editoras, algumas das quais reeditam, também, obras do maior valor e da maior significação para a cultura nacional, segundo padrões ainda piores do que os utilizados por institutos oficiais. É certo que duas ou três utilizam-se de métodos modernos, e a exceção vem confirmar a regra*”. RODRIGUES, José Honório. Uma viagem de pesquisas históricas. *R. IHGB*, Rio de Janeiro, v. 188, p. 14-29, jul./set. 1944 [1946], p. 21 [grifo meu].

³² *Idem*, p. 20. Rodrigues afirmava ainda: “não é possível ter confiança em documentos editados sem crítica de texto nem em livros raros publicados fora das regras da edição crítica. História sem documentos autênticos e sem edição crítica de fontes primárias não pode merecer confiança nem respeito, nem se pode dar um desenvolvimento aos estudos históricos no Brasil sem a introdução dos modernos processos adotados nos países mais adiantados. O mesmo se pode dizer da necessidade inadiável e urgente da cadeira de introdução à história, até hoje inexistente no currículo das universidades brasileiras. [...] *Os processos críticos adotados na investigação das fontes, na seleção do texto e na publicação de documentos imprimiram um novo caráter científico aos estudos históricos*. O apelo à exatidão e autenticidade vinha de há muito e a forjicação era já condenada, mas não se chegara a resultados práticos”. *Idem*, p. 20 [grifo meu].

³³ A coleção *Documentos Brasileiros* contou com Gilberto Freyre à sua frente entre 1936-1938, seguido por Otávio Tarquínio de Sousa, e seu primeiro número foi o hoje consagrado ensaio *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda. Entre outras, pode-se ainda destacar a *Coleção Brasileira*, da Companhia Editora Nacional (1931), como um exemplo da monumentalidade e importância destes investimentos editoriais. Sobre isso, ver: PONTES, Heloisa. Retratos do Brasil: editores, editoras e Coleções Brasileira nas décadas de 30, 40 e 50. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil* (v. 1). São Paulo: Editora Sumaré, 1989; DUTRA, Eliana Regina de Freitas. A nação nos livros: a biblioteca ideal na coleção Brasileira. In: _____; MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida*. São Paulo: Annablume, 2006; e FRANZINI, Fábio. *À sombra das palmeiras: a coleção Documentos Brasileiros e às transformações da historiografia nacional (1936-1959)*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2006.

³⁴ FREYRE, Gilberto. _____. *Documentos Brasileiros*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1936, p. V. Nos parágrafos finais do *Prefácio* à primeira edição de *Sobrados e mucambos* (1936), após uma longa lista de documentos novos, arquivos, bibliotecas e agradecimentos pelo acesso aos mesmos, podem-se encontrar as seguintes observações de Freyre a esse respeito: “O humano só pode ser compreendido pelo humano – até onde pode ser compreendido; e compreensão importa em maior ou menor sacrifício da objetividade”. FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*. In: SANTIAGO, Silviano (coord.). *Intérpretes do Brasil* (v. 2). Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000, p. 750. Algo semelhante poderá ser visto no prefácio à segunda edição de *Casa-grande & senzala*, igualmente de 1936 (ano em que começa a ser editada a Coleção *Documentos Brasileiros*, sob a direção de Freyre) – porém assinado com data de 1934, no qual o autor assevera “humanizar” a história ali apresentada por recorrer muito mais (e

Aquilo que Rodrigues defendia dialogava com o “movimento intelectual” esposado por Freyre e tantos outros.³⁵ Fabio Franzini definiu bem essas afinidades como um *sistema intelectual* complexo, que não envolveu apenas esses agentes. Mobilizava-se um verdadeiro exército de pensadores, editores de toda sorte e críticos, por vezes com visões de mundo e entendimentos distintos do que seria esse *novo*, quando não perspectivas político-ideológicas distintas entre si, mas que, apesar de projetos cada vez mais distintos, nutriam o mesmo engajamento na ação para a transformação da sociedade brasileira.³⁶ Parte deste esforço aspirava por uma reviravolta completa na *cultura* brasileira como parte de uma nova agenda de observação dos problemas nacionais para, a partir dessa avaliação, promover meios racionais e técnicos de mudança e/ou solução dos mesmos: superação do “atraso” pela via técnica, ou ainda, a via científica.

José Honório Rodrigues idealizou um projeto neste sentido, o qual deveria construir-se sobre nova base empírica, uma verdadeira “revolução documental”, teórica e metodológica, associada às narrativas historiográficas interpretativas e sintéticas. Por outro lado, o investimento na produção de meios para difusão e circulação de informação e conhecimentos históricos também estava em jogo. Para ele, dever-se-ia munir a inteligência brasileira de meios de informação novos: edições com comentários técnicos balizados, com notas explicativas informativas e todo o aparato discursivo de que dispunham para “facilitar” os caminhos de como seus leitores poderiam se apropriar daquele conteúdo na produção de conhecimento sobre o passado brasileiro.³⁷ Precisamente sobre este ponto repousa o cerne desta análise.

pouco ortodoxamente) ao material documental ali reunido do que, necessariamente, à bibliografia disponível. Sobre a relação intelectual e de amizade entre Freyre e Rodrigues, ver: FREIXO, André de Lemos. Um “arquiteto” da historiografia brasileira: história e historiadores em José Honório Rodrigues. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 31, n. 62, p. 143-172, 2011, p. 150-151.

³⁵ Idem.

³⁶ Fabio Franzini analisou como as grandes coleções “brasilianas”, como a *Documentos Brasileiros* da Livraria José Olympio Editora, entre 1936 e 1959, materializavam as convergências e os anseios desta intelectualidade, aprofundando e sofisticando suas percepções e concepções acerca do que significava história e historiografia. Mostrou-nos ainda que esse movimento editorial envolvia não apenas seus autores e estudos, mas igualmente, editores, críticos de jornais e leitores de toda sorte (dos mais curiosos aos mais “especializados”). FRANZINI, op. cit., 2006, p. 20-21.

³⁷ José Honório formalizou esse projeto, primeiramente, em 1949, quando publicou sua *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*. E, em segundo lugar, em 1952, com *A pesquisa histórica no Brasil: sua evolução e problemas atuais*, texto no qual publiciza sua intenção de criar um Instituto de Pesquisa Histórica autônomo, porém financiado pelo Estado brasileiro, e que atuaria como principal órgão de produção de conhecimento histórico no Brasil, administrando arquivos, formando arquivistas e promovendo cursos de formação teórica e metodológica para os historiadores brasileiros. É emblemática a resenha de Eduardo d’Oliveira França para o livro de Rodrigues de 1949, publicada na *Revista de História* da USP em 1951. O texto de França desqualifica quase linha por linha o trabalho de Rodrigues de 1949, e entre as principais críticas figuram o excesso de referências alemãs, historiadores “de cartola” (vulgo, “positivistas”), a inexistência de referências a historiadores franceses contemporâneos, como Lucien Febvre

Após seu retorno dos EUA, em 1944, José Honório deu sequência à campanha em prol da produção de informação histórica confiável através da defesa de uma ampliação das funções e do compromisso social das grandes bibliotecas e órgãos de cultura (públicos) do país.³⁸ Isso pode ser percebido em suas entrevistas, concedidas aos jornais cariocas após o seu retorno ao Brasil.³⁹ As bibliotecas visitadas nos EUA eram apresentadas como exemplos de instituições dedicadas à “formação cultural de um povo”, desde as bases escolares até as mais “eruditas e autorizadas pesquisas históricas”. Rodrigues alertava para o precário estado deste tipo de instituição no Brasil.⁴⁰ Seu diagnóstico do “atraso” reforça o *topos* já mencionado, comum ao pensamento dos escritores e críticos modernos oitocentistas e novecentistas.⁴¹ Porém, reflete também o clima “redentor” (ou “salvífico”) que animou o imaginário e as produções intelectuais e artísticas dos modernistas, tanto os de primeira hora,⁴² quanto aqueles que se enquadravam no que Eduardo Jardim de Moraes classificou como o “segundo tempo modernista”, a partir de 1924.⁴³

Rodrigues, contudo, deixou o INL juntamente a Sérgio Buarque de Holanda no ano de 1944. E seus projetos renovadores tiveram de esperar. Depois de alguns meses trabalhando como pesquisador e bibliotecário do Instituto do Açúcar e do Alcool, Rodrigues foi nomeado Diretor da Divisão de Obras Raras e Publicações da Biblioteca Nacional.⁴⁴ Tornava-se então o

e Marc Bloch – o primeiro citado quase incessantemente ao longo de todo o artigo como espécie de “redentor” da historiografia –, e dos historiadores marxistas. Ela é emblemática porque ela permite que vislumbremos as disputas em torno do que seria uma história especializada. Ver: FRANÇA, Eduardo d’Oliveira. A teoria geral da história: considerações a propósito de um livro recente. *Revista de História*, São Paulo, n. 7, v. III, p. 111-141, 1951.

³⁸ GLEZER, op. cit., 2012, p. 165-166.

³⁹ As entrevistas a que me refiro são: RODRIGUES, José Honório. A função do livro e da biblioteca nos Estados Unidos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 jul. 1944a; _____. Pesquisando a história do Brasil nos arquivos e bibliotecas da América do Norte. *A Noite*, Rio de Janeiro, 6 ago. 1944b; e _____. A universidade norte-americana trabalha para o bem comum do país. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 29 jul. 1944c.

⁴⁰ RODRIGUES, op. cit., 1944a, p. 6.

⁴¹ NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre, 2008, p. 5-8.

⁴² FARIA, Daniel. *O mito modernista*. Uberlândia: Ed.UFU, 2006.

⁴³ Nos dizeres de Eduardo Jardim de Moraes: “a constituição de uma teoria da temporalidade da vida nacional vai possibilitar a reavaliação da situação de ‘atraso’ do contexto nacional. Ela vai também fornecer as bases da definição de um tempo da modernização próprio da nacionalidade”. MORAES, Eduardo Jardim de. Modernismo revisitado. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 220-238, 1988.

⁴⁴ Sua nomeação foi publicada através de uma Portaria assinada pelo então Diretor Geral da BN, Rubens Borba de Moraes (MORAES, 1946, Manuscritos/BN, 65, 1, 005 n. 045, 7p.), e oficializado pela assinatura do Presidente Eurico Gaspar Dutra. Ver: RODRIGUES, Lêda Boechat (org.). *Correspondência de José Honório Rodrigues*. Rio de Janeiro: ABL, 2000, p. 70, nota 11. Além da Direção da Divisão de Obras Raras e Publicações, que à época também era integrada pela Seção de Iconografia e de Manuscritos, Rodrigues também foi Diretor Geral da BN, em caráter interino, em algumas ocasiões: 01/06/1948 – 18/06/1948; 18/08/1950 – 12/09/1950; e 03/09/1952 – 31/11/1952. Ver: CUNHA, Waldir da. Diretores da Biblioteca

responsável pela *Série Documentos Históricos* e dos *Anais da Biblioteca Nacional*, cujas edições ele assumiu a partir de 1946.⁴⁵ Tanto sua nomeação quanto a incumbência a ele delegada não foram fortuitas, pois sua nomeação foi escolha de Rodolfo Garcia (Diretor que se aposentava) passada a Rubens Borba de Moraes (Diretor que assumia). Elas permitem identificar a importância atribuída não apenas aos trabalhos históricos, mas à produção e difusão de informação histórica em órgãos de cultura públicos. Parte fundamental de uma agenda de interesses e projetos do “movimento” ao qual ele pertencia.

Percebe-se que a tópica da renovação encontrava no INL e na Biblioteca Nacional importantes amparos institucionais. Na BN, enquanto órgão público de investimento em memória e cultura, aquele “lugar” figurava nos horizontes de agentes como José Honório Rodrigues como uma “casa da memória”, o que significava: um centro de pesquisa e referência para a pesquisa histórica no (e do) país, assim como lugar de redefinição da formação e cultura da sociedade brasileira. Não um lugar de memória, como diria Nora, mas um lugar de produção de novos meios para o conhecimento histórico. Não um passado “dado”, mas um passado ainda por ser estudado e interpretado. Um projeto ousado e um esforço que não era de ocasião.⁴⁶

Assegurar a produção e a difusão de informação histórica naquela casa contribuía para a consciência da passagem do tempo do “atraso” para o tempo da preparação do futuro nacional: o presente. O presente é o tempo da quebra, da “brecha” em que as ações políticas e transformadoras se inscrevem. Remodelar os meios de memória nacional tornava-se um dos fatores decisivos na redefinição da consciência histórica, no sentido de uma nova separação ou da redefinição da consciência do “distanciamento” temporal que apartava o hoje e o ontem, o presente e o passado. No caso em tela, a perspectiva de tempo de Rodrigues – mas não só dele

Nacional, 1810-1984. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 104, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1984, p. 251.

⁴⁵ Em reconhecimento pelos serviços prestados por Rodolfo Garcia à cultura letrada e à História do Brasil, Honório Rodrigues escreveu um artigo no qual discorre sobre a importância deste historiador e de Afonso Taunay para o avanço da crítica histórica e do rigor científico na lide com a documentação rara. Taunay igualmente se aposentou naquele ano e o posto de Diretor do Museu Paulista que exercia ficou sob os cuidados de Sérgio Buarque de Holanda. O artigo de Rodrigues buscava enfatizar que a geração de historiadores que se afastava das instituições de preservação, difusão e da pesquisa histórica carioca e paulistana, representada ali por Garcia e Taunay, deixava um importante legado e um desafio para a nova geração de historiadores que assumia tais responsabilidades. RODRIGUES, José Honório. Rodolfo Garcia e Afonso Taunay. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 30 dez. 1945.

⁴⁶ Sobre isso é importante destacar que tanto Rodrigues quanto Sérgio Buarque de Holanda (que também viajou aos EUA para fins semelhantes, porém em 1941) aumentavam o coro de elogios às propostas de criação de um instituto de pesquisas históricas dentro da própria BN, como assevera Rüdinger Bilden em missiva a Arthur Ramos, que avaliava como um dos pontos mais valiosos da Biblioteca Nacional o cuidado com a documentação histórica. Ver: BILDEN, Rüdiger. *Carta a Arthur Ramos de 15 de agosto de 1941*. Manuscritos/BN, I-35, 23, 737, 1941. 2p. (Coleção Arthur Ramos), p. 1-2.

– construía seu sentido a partir do relacionamento entre passado e presente do qual, no limite, dependia o futuro. O presente precisava de novos passados, “mais confiáveis”, por assim dizer, do que os passados de outrora. Estes novos passados, por sua vez, ilustrariam a distância temporal reforçando a importância do presente como o tempo da ação e da transformação. A história (especializada) faria o trabalho de ligar os pontos. Nesse sentido, ambos, passado e futuro, estavam irremediavelmente atados às projeções que se faziam no presente. Memória e história estavam organicamente ligados a estas projeções.

Sobre memória e história

Primeiramente, cabe dizer que a *Série Documentos Históricos* foi inaugurada muito antes do período aqui analisado (1946-1953), e os *Anais*, são mais antigos ainda (1876). Ainda em 1928, os dois primeiros volumes da *Série* foram editados pelo Arquivo Nacional, então sob a responsabilidade de Mário Behring. Sua finalidade precípua, conforme o editor na ocasião, era facilitar o acesso e consulta de manuscritos raros, preservando seu conteúdo da destruição do tempo e do esquecimento, disponibilizando-o publicamente aos pesquisadores e estudiosos da História do Brasil.⁴⁷ A partir do terceiro volume, ainda de 1928, a *Série* passou aos cuidados da Biblioteca Nacional. Behring editou e publicou dezenove volumes. Rodolfo Garcia sucedeu os esforços de Behring e deu sequência à mesma durante sua gestão na BN.⁴⁸ Ele foi responsável por setenta volumes sempre dedicados à documentação considerada rara e, até então, inédita aos estudiosos e pesquisadores do passado brasileiro. Por conta de sua aposentadoria, em 1945, seu cargo ficou à disposição do Diretor Geral da BN, Rubens Borba de Moraes, que, como já mencionado anteriormente, nomeou José Honório Rodrigues para o mesmo.⁴⁹

⁴⁷ BEHRING, Mário. Introdução. In: *Série Documentos Históricos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional/Imprensa Nacional, v. I, 1928, p. 1.

⁴⁸ Sobre a trajetória de Rodolfo Garcia na BN e seu trabalho com documentos históricos, ver: BRÖNSTRUP, Gabriela D’Ávila. Organizar acervos e publicar documentos históricos no Brasil nas primeiras décadas do século XX: considerações a respeito do trabalho de um historiador. *Cultura Histórica & Patrimônio*, Alfenas, v. 2, n. 1, p. 182-202, 2013.

⁴⁹ O histórico da *Série* foi ensaiado por: ANDRADE, Rosane Maria Nunes. A edição de documentos históricos do acervo da Biblioteca Nacional. In: *Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 2 a 6 de setembro de 2011, Recife: Quem tem medo da pesquisa empírica? Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-0441-1.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2011, p. 9. No que toca ao relacionamento pessoal e profissional de Moraes e Rodrigues, especialmente no seu período na BN, pode-se dizer que este deteriorou-se rapidamente e terminou de forma muito ruim. Em suas recordações, Borba de Moraes assevera que houve brigas e disputas que os apartaram no interior da instituição. Em livro de memórias, Borba de Moraes recorda desta briga como a causa para o seu

Quase todos os volumes da *Série Documentos Históricos* foram dedicados ao período colonial da América Portuguesa, disponibilizando variada documentação: forais, cartas de doações, provisões, alvarás, regimentos, cartas régias, correspondência de governadores-gerais, portarias, ordens, tomo de terras, entre outras. São volumes encadernados em brochura, que apresentam as dimensões de 23 x 16 centímetros, tendo em média trezentas páginas cada. José Honório passa a editá-los em 1946, mantendo por algum tempo a perspectiva de Garcia quanto aos volumes. Mudanças mais significativas quanto a essa política editorial tornam-se mais sensíveis a partir do volume 87, onde se encontram as Consultas ao Conselho Ultramarino. Os volumes 101 a 109, que reproduzem manuscritos relativos à “Revolução de 1817”, consolidam a mudança de rumo que Rodrigues defendia para estes volumes e para a Biblioteca Nacional, bem como o último volume editado por ele (110), dedicado à “Conjuração dos Suassunas” (1801), igualmente ocorrida em Pernambuco.

E do que tratam essas modificações? No caso das edições preparadas por Rodrigues, muitos volumes contém longas apresentações de cunho explicativo nas quais foram feitas não apenas as descrições dos documentos presentes em cada uma das séries documentais disponíveis nos volumes, como também os comentários acerca da bibliografia e da historiografia acerca desta ou daquela temática, a dificuldade que alguns editores anteriores tiveram para levantar o material ali disponibilizado, assim como a importância atribuída a elas para o enriquecimento do conhecimento da história nacional. Novamente, a prática não foi criada por Rodrigues, mas interessa aqui destacar como ele se utilizou destes espaços para marcar as diferenciações entre os projetos editoriais antes e depois daquele momento ou ainda, e mais efetivamente, dos horizontes interpretativos entre aquelas publicações.

A questão factual destacava-se como a base sobre a qual a “nova” história deveria se fundamentar. Mas para isso, a confiabilidade dos documentos era imprescindível. Em *Teoria da história do Brasil*, contudo, Rodrigues epistemologicamente posicionava a metodologia e a crítica históricas entre as reflexões de caráter teórico (a visada conceitual presentista – porém não anacrônica) e a interpretação dos historiadores (a síntese interpretativa apresentada sob a forma de uma narrativa historiográfica) como o “tripé” de uma ciência histórica que ele definia

desligamento da BN em 1947. Sobre isso, ver: MORAES, Rubens Borba de. *Testemunha ocular: recordações*. Brasília: Briquet de Lemos, 2011, p. IX. Agradeço a Agenor Briquet de Lemos, organizador e anotador do livro de recordações de Moraes, a gentileza de ter enviado uma cópia do mesmo.

como *ainda inédita* no Brasil,⁵⁰ em termos de um campo de e para especialistas brasileiros: uma historiografia reflexiva ou ainda a história como ciência hermenêutica.⁵¹

Precisamente neste sentido é que defendia a mudança no direcionamento editorial da *Série*, uma vez que os documentos ali disponibilizados seriam selecionados e autorizados como documentos históricos “novos”, atados a este presente consciente e engajado, que poderiam facilitar o trabalho dos pesquisadores na “descoberta” de novos fatos que viabilizassem o redimensionamento não apenas do passado brasileiro, mas da própria orientação que esta historiografia poderia oferecer para a transformação da história do Brasil. Em uma palavra: sem memória não haveria história. A história tornava-se, pois, absolutamente dependente das fontes de memória produzidas, inscritas e depositadas em instituições como a BN e congêneres. Já a história, era entendida como processo histórico no qual o presente seria convocado a agir (ética e politicamente) e a engajar-se em projetos que planejavam e visavam os rumos futuros desta mesma história. A conscientização da realidade histórica narrada pela historiografia somente seria possibilitada, segundo Rodrigues, por uma ciência histórica munida de informações confiáveis.

Voltemos, pois, aos documentos históricos. O que tornava esses documentos *valiosos*? As publicações seguiram com documentos que traziam informações acerca de aspectos até então “pouco estudados”, especialmente, informações sobre as dimensões econômicas, sociais e culturais da história do Brasil. Parte da “revolução” advogada por Rodrigues estava no relacionamento entre a *Série* e os *Anais* da BN. Os *Anais* forneceriam também novo suporte material para os inventários, catálogos, índices e bibliografias completas acerca do acervo documental da BN. Eram, assim, feitos instrumentos de consulta e referência à *pesquisa*; sendo

⁵⁰ IGLÉSIAS, Francisco. José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira. *Estudos Históricos*, n. 1, p. 55-78, 1988 e MARQUES, op. cit., 2000.

⁵¹ Rodrigues avaliava como estéreis as concepções meramente empiristas, que defendiam que a história seria apenas a descoberta de fatos na documentação, e que desconsideravam a importância das reflexões de caráter teórico nascidas no campo histórico ou mesmo pregavam a imparcialidade ou a neutralidade do historiador enquanto intérprete dos documentos históricos. Com base nesse raciocínio, a grande inovação defendida por ele residia neste que era “o ato último e decisivo”, como ele escreveu, que “é sempre o da interpretação”. Em suma, a História, “como ciência hermenêutica, não limita a sua certeza à transcrição de uma informação dada por quem era tido como autoridade. Nem sequer ela se esgota na reprodução de um documento, de uma fonte. Ela exige, tal como qualquer outra ciência, a prova que justifica a certeza da afirmação. A própria palavra *prova* não é passiva; é a demonstração de uma coisa duvidosa ou controvertida por meio de argumentos legítimos. Assim, o fundamento da certeza histórica é também a prova; mas a pura exibição de um documento não significa nada, como o testemunho não é prova, mas instrumento de prova. A prova convence, o testemunho pode trazer a dúvida, que é o início de toda a sabedoria. O historiador parte das fontes, dos testemunhos, que são apenas meios de prova, cujo ofício, na Casa de Clio, é essencialmente estimulador”. RODRIGUES, José Honório. *Teoria da história do Brasil*: introdução metodológica. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949, p. 110-112 [grifo do autor].

remodelados, pois, para os olhos dos novos estudiosos da história: os especialistas. Além disso, forneciam também importantes indícios para se avaliar quais os conjuntos documentais privilegiados pela seleção de Rodrigues e quais os documentos deveriam constar (e por que) nas novas pesquisas sobre o passado do Brasil – que materializavam em artefatos culturais os horizontes que dirigiam seus investimentos.

Em sua *Explicação* para o volume 85 da *Série*, dedicado às “Cartas e Ordens de Pernambuco e outras Capitanias do Norte (1717-1727)”, de 1949, Rodrigues deixava clara a razão para tanto.

A publicação dos *Documentos Históricos* apresenta, naturalmente, uma série de dificuldades de natureza paleográfica e crítica. [...]. Os cuidados necessários a autêntica reprodução, a escolha quase sempre arbitrária, sujeita às facilidades do achamento ou às preferências do editor, tornam a tarefa extremamente séria e dificilmente satisfatória. A primeira parte, a escolha, depende de certo modo da competência, probidade e independência do editor, pois se realiza sob sua responsabilidade, é claro que o valor da coleção repousa no critério científico da preferência, que será tanto mais acertada quanto mais contar com a colaboração dos estudiosos da história do Brasil. Mas é só por intermédio dos catálogos, que registram o acervo, que será possível ouvir-se a opinião dos especialistas, sobre a importância, significação e interesse destes documentos em relação àqueles outros.⁵²

Nesta epígrafe podem-se, portanto, identificar dois pontos fundamentais. A questão da necessidade da *seleção*, atrelada ao conhecimento prévio (via catálogo) do acervo documental depositado na Biblioteca, e a questão da “especialidade”. Na primeira, a da seleção, reside o fator decisivo da renovação historiográfica. A dialética do novo e do antigo emerge aqui, mais uma vez, pois é dela que depende a renovação advogada. A série tornava-se, pelo menos em parte, espécie de memória confiável e indispensável para a historiografia. A cada novo documento a potencialidade de novos fatos, novos critérios que serviriam de baliza para a comparação e, por conseguinte, definição do “novo” em termos de práticas históricas. Através dos *Anais*, novos catálogos e inventários dos acervos da BN poderiam ser consultados pelos especialistas, e que os mesmos norteariam ainda um plano de publicações mais organizado por parte do setor que ele chefiava.⁵³ Ele marcava claramente que no período pós-1946 houve uma

⁵² RODRIGUES, José Honório. *Explicação*. In: *Documentos históricos da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 85, 1949, p. V.

⁵³ Os *Anais* deveriam servir de referência como catálogos e inventários, o que Rodrigues implementou a partir do volume 68, contendo o “Catálogo de Documentos sobre a Bahia, existentes na Biblioteca Nacional”. Porém, quando estas funções de divulgação estivessem completas, dizia ainda o editor, os *Anais* publicariam documentos de caráter privado, diferenciando-se da *Série Documentos Históricos*, que privilegiaria peças legais, correspondência pública, cartas régias, registros e relatórios oficiais, entre outras.

mudança fundamental “de metodologia” para a seleção do material a ser publicado pelo setor que chefiava – até então restrita a avaliações nem sempre justas, segundo seu juízo, por parte de seus antigos editores. Porém, se não imediatamente após a sua posse, como é possível perceber nos primeiros seis volumes da *Série* preparados já em sua gestão (vols. 79-84), pelo menos a partir do volume 85, de 1949, o “novo” critério ao qual se referia entrava ainda timidamente em cena. Somente seriam publicados na *Série* os documentos já inventariados, catalogados e divulgados pelos *Anais*.

As questões da *seleção* e a da *especialidade*, no caso da *Série*, dialogam e tratam da escolha e preparo dos artefatos de memória (e da informação) que seria divulgada para que *especialistas* averiguassem sua relevância ou importância para a história do Brasil. “Ouvir a voz dos especialistas”, como Rodrigues frisara, dependia dos catálogos, algo em vias de solução, segundo o próprio, mas igualmente de “versões confiáveis e autorizadas” da informação ali publicada. Assim,

reproduzir genuinamente um documento não significa mais transcrevê-lo paleograficamente, como creem alguns editores nacionais. As mais recentes normas estabelecidas pelos Institutos Históricos e Sociedades sábias afirmam que a reprodução paleográfica não apresenta mais nenhum interesse, de vez que a fac-similar e a fotográfica evitam totalmente qualquer possível engano, ou o azar da má leitura. Não será pelo sabor visual de ver um texto reproduzido com todas as suas peculiaridades, às vezes esquisitas e de difícil leitura, que se justificará tal transcrição. *Hoje, ao invés da reprodução rígida, pede-se a edição autêntica, mas também inteligente, que facilita a tarefa do leitor, pelo desdobramento das abreviaturas, pela emenda correta, pela adoção de determinado sistema ortográfico, pelas modificações da pontuação, pela interpretação fiel.* A esse propósito, várias sociedades sábias têm editado normas, conselhos e recomendações. Queremos deixar aqui registrado que a Biblioteca Nacional tem tomado como modelo, a partir de 1946, as *Normas de transcripción y edición de textos y documentos* (Madri, 1944) e as do *Comitê Histórico Anglo-Americano*, aprovadas em 1923.⁵⁴

O que há de relevante aqui reside na arquitetura da informação histórica: isto é, dos artefatos de memória para a produção historiográfica. Informação que poderia munir novos estudos da formação da sociedade, economia e cultura nacionais. Não um trabalho pronto, o passado como foi, descoberto e apresentado ali.

Por outro ângulo, entre os volumes 101 e 110 da *Série*, publicados entre 1953-1955, encontram-se alguns elementos que interessam aqui para minha argumentação. Trata-se de volumes já inventariados e catalogados desde no volume 71 dos *Anais*, de 1951, referentes à

⁵⁴ RODRIGUES, op. cit., v. 85, 1949, p. VI-VII [grifos meu].

“Revolução Pernambucana de 1817” e à “Conjuração dos Suassunas” (também conhecida como “Inconfidência de 1801”, igualmente ocorrida em Pernambuco. Rodrigues manteve seu plano de publicar apenas o que já havia sido catalogado nos Anais (Vol. 68) e, ainda em 1950, iniciou a divulgação das “Consultas do Conselho Ultramarinho” (referentes à Bahia, inicialmente, e seguidas pelos referentes ao Rio de Janeiro, Pernambuco e outras províncias nos volumes 87-99). Já nos volumes 101-110, apesar de o esforço para deixar claro que se tratava de um procedimento “metódico”,⁵⁵ a questão da escolha passava necessariamente por uma dimensão interpretativa, como Rodrigues afirmou anteriormente. Na “Explicação” ao volume 101, que inicia a documentação referente à “Revolução de 1817”, José Honório assevera ser aquele o início de uma nova fase na Série. Depois de 100 volumes dedicados à história colonial, a partir de então, ela iniciava a divulgação de documentos referentes à “fase nacional ou pré-nacional”. E isso porque a

história propriamente nacional encontra no movimento de 1817 um marco de extraordinária significação, pelo revigoramento do espírito nacional e pela iniciativa prática que lhe coube na preparação da Independência. A Revolução de 1817 não foi um movimento local, mas nacional, que só não vingou porque foi temporânea, porque faltou ao povo, ou melhor, à minoria de todas as partes do Brasil, educação para compreendê-la e defendê-la conscientemente, como já assinalou Oliveira Lima. [...] Se devemos considerar a Independência como a tradução da consciência de superioridade a Portugal, como queria Capistrano de Abreu, a Revolução de 1817, cinco anos antes, representa a primeira emoção de superioridade, a primeira revelação de um sentimento nacional de responsabilidade, o nascimento da decisão de criar uma nação livre, independente, inspirada em ideologia universal, animada pela fé irredutível no progresso humano, que o 7 de setembro veio a consagrar com a independência e as garantias constitucionais.⁵⁶

Por fim, o que Rodrigues buscava “Explicar”, de fato, encontra-se a seguir:

A Revolução fora derrotada e os patriotas que governaram durante 76 dias haviam provocado uma comoção extraordinária. As ideias e a prática revolucionária de 1817 haviam de influir decisivamente no espírito de 1822. Não era a extensão nem a duração do movimento o que importava. Mais importantes eram as consequências: a germinação das ideias de independência e a decisão de mudar os rumos da

⁵⁵ Rodrigues explicava que os documentos ali publicados foram registrados no Catálogo dos Manuscritos sobre Pernambuco existentes na Biblioteca Nacional (Anais, vol. 71, 1951) e contêm manifestos, relatórios, notícias, cartas, descrições e proclamações. Alguns deles não eram inéditos, já tendo sido publicados por Muniz Tavares, Melo Moraes, Varnhagen e na própria Revista do IHGB. RODRIGUES, José Honório. Explicação. In: Documentos históricos da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 101, 1953, p. VI-VII.

⁵⁶ Idem, p. I-II.

administração e o sistema político de governo, apesar das reformas introduzidas na corte pelo Rei D. João.⁵⁷

O mesmo se repete, sempre com ênfase no caráter liberal do movimento e seu valor para a compreensão do presente (o tempo de Rodrigues) nas explicações aos volumes que se seguem. De tal modo que Rodrigues antecipa, em suas explicações, as interpretações desejadas de serem feitas sobre aqueles documentos: horizontes liberais para um Brasil que havia passado há pouco por uma Ditadura. No volume 110, acerca da Devassa de 1801, ou a “Conjuração dos Suassunas”, ele, ao término de suas observações, conclui com uma “tese” que estabelecia o sentido para tal movimento: um elo na corrente que conduzia o pensamento nacional (e liberal) brasileiro contra o jugo colonial, cujos traços ideológicos voltariam em 1817 e, posteriormente, libertariam o Brasil em 1822.

De tudo isso se pode concluir que esta Devassa, como a de 1817, dá apenas um aspecto da questão: as peças oficiais do processo legal. Na hora extrema da apuração das responsabilidades pelo grave crime de Lesa Majestade, foram poucos os revolucionários derrotados de 1817, aqueles que lutaram e fizeram correr sangue pelas ruas do Recife e se apossaram do governo durante mais de dois meses, que tiveram a coragem de não repudiar as ideias liberais e os sentimentos de independência pátria. Foi assim em 1789, foi assim em 1798, foi assim em 1817.⁵⁸

Considerações finais

O trabalho de arquivo deveria ser, portanto, o ponto de partida da renovação das relações entre passado, presente e futuro. Não apenas por uma questão etimológica. Como Aleida Assmann e Jacques Derrida nos ensinam, a palavra *arquivo* deriva do grego *arché*, que significa “início”, “origem”, mas também “autoridade”, no sentido dos guardiões das leis.⁵⁹ No caso em tela, trata-se de fazer da Biblioteca Nacional mais do que um repositório de material, ou de papéis velhos, mas algo que, para um historiador especializado, seria um *arquivo*: um espaço de (e para a) memória e a pesquisa históricas,⁶⁰ assegurando sua preservação e

⁵⁷ RODRIGUES, José Honório. Explicação. In: Documentos históricos da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 103, 1954, p. I.

⁵⁸ _____. Explicação. In: Documentos históricos da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 110, 1955, p. 13.

⁵⁹ ASSMANN, op. cit., 2011, p. 367; DERRIDA, Jacques. *Archive fever: a freudian impression*. Chicago: Chicago University Press, 1996, p. 5.

⁶⁰ Não estou defendendo aqui que o arquivo se equivalha à biblioteca, como poderia equivaler-se, por exemplo, ao museu. Sobre isso, pode-se seguir com Boris Groys na contramão dos movimentos excessivamente críticos aos arquivos, museus e bibliotecas – chamados pelo autor de lugares da “morte” da arte, da história e da literatura, entre outras – e reavaliar a importância destas instituições como espaços

continuidade, mas também a produção e as qualidades da informação ali disponível: a convicção repousava na confiabilidade epistemológica, na produção de informação privilegiada de e para especialistas.

Ora, na esteira de Paul Ricœur, pode-se perceber que o trabalho no arquivo é composto por tarefas de seleção, escrita e interpretação.⁶¹ Aqui a produção de informação de valor histórico não é um signo, mas se configura numa relação que nos permite evidenciar aquilo que Gadamer chamou de uma “fusão de horizontes”,⁶² apesar dos discursos defenderem a objetividade e a imparcialidade daquilo que produziram. Dentro desta relação circulam os documentos.⁶³ Essa informação depende desta relação circular: inscrição primária – intermediário/instituição – leitores. A posição intermediária (ou institucional) protagoniza a instituição de sentido “atual” para tais informações exatamente porque (ao produzir o objeto que as veicula – através de operações de seleção, interpretação, tradução, redução ou ampliação de seu trânsito) ela configura uma redistribuição de forças através da interpretação daquilo que será dito sobre aqueles textos. Todo o esforço de seleção, organização e valorização dos documentos resulta de uma produção inteiramente distinta daquilo que foi inscrito nos textos por ocasião de seu “nascimento material”, por assim dizer, mas não independe dos mesmos. Encontram-se assim, os horizontes originais e atuais na configuração de um artefato de memória novo: um documento (de valor) histórico, porque levaria a uma reflexão de questões atualíssimas.

de e para a *inovação*, pode-se pensar, nesse caso, tais espaços como coleções de materiais valorizados culturalmente em determinada sociedade num dado momento histórico. GROYS, Boris. On the new. #Artnodes, dez. 2002. Disponível em: <<http://www.uoc.edu/artnodes/espai/eng/art/groys1002/groys1002.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2014, p. 5-6. No caso em pauta, especificamente a Biblioteca Nacional, é possível dizer que ela comporta especificidades análogas as de um arquivo dada sua natureza institucional e a dupla dimensão de suas memórias (acumulativa e funcional), o que permite, nesse caso, aproximar arquivo e biblioteca das características que definem *memória cultural*. Sobre isso, ver: ASSMANN, op. cit., 1995; 2008; e ASSMANN, op. cit., 2011, p. 371.

⁶¹ RICOEUR, op. cit., 2007, p. 155 e seguintes.

⁶² “Não existe seguramente nenhuma compreensão totalmente livre de preconceitos, embora a vontade do nosso conhecimento deva sempre buscar escapar de todos os nossos preconceitos. [...] a certeza proporcionada pelo uso dos métodos científicos não é suficiente para garantir a verdade. [...] Significa, antes, a legitimação da pretensão de um significado humano especial [...]. O fato de que o ser próprio daquele que conhece também entre em jogo no ato de conhecer marca certamente o limite 'método' mas não o da ciência”. GADAMER, Hans Georg. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 494.

⁶³ LATOUR, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (orgs.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 2002, p. 22-23.

No caso em tela, o trabalho em um arquivo era também um trabalho de coser redes de poder e dominação política, e igualmente poder intelectual e sobre intelectuais: estratégias de e para implementar projetos e projeções como regras. As redes nas quais esses poderes se materializam poderiam autorizar ou proibir uma determinada interpretação; validá-la ou não; ampliar a sua esfera de circulação ou restringi-la parcial ou completamente. Tratava-se da “lei do que se pode ou não dizer”, como diria Michel Foucault, mas havia uma dimensão ético-política neste investimento, como assevera Jacques Derrida.⁶⁴ Assegurar a memória inscrita na BN significava a um tipo muito específico de manutenção dos horizontes para os quais esta memória, escrita e inscrita ali, foi elaborada, o que é reforçado pela acumulação e armazenamento dos volumes que as contém, e o relacionamento entre a *Série* e os *Anais* (catálogos) direcionava, pelo menos em parte, os sentidos que Rodrigues pretendia para os novos estudos, que completaria o círculo relacional.

É esta a relação circular que interessa aqui. O que faz delas valiosas historicamente é o fato de servirem para o redimensionamento entre presente e passado segundo os horizontes e projeções daquele momento histórico, no qual o presente se abria enquanto campo de possibilidades através do distanciamento temporal do passado “arcaico” e da proximidade com um futuro nacional moderno. Diante das transformações cada vez mais críticas do mundo após a Segunda Guerra Mundial, e com o fim da Ditadura do Estado Novo no Brasil, havia mudanças no campo de experiência presente. Diferentes horizontes lançavam novas questões sobre o passado, agora sobre outras bases e conceitos como meio para balizar e consolidar suas pretensões de ações no mundo e, por conseguinte, as próprias interpretações que balizariam tais ações (ou iniciativas nesse sentido). Tais interpretações traziam as demandas que se abriam neste “novo” presente em busca de horizontes próprios. Novas pesquisas precisavam ser realizadas em conjunto às novas reflexões e horizontes compreensivos para esse presente, que se reconfigurava enquanto “tempo da ação” à luz do redimensionamento de suas relações com o passado, em um jogo em que o que valia era a capacidade de produção de distanciamento histórico como sinônimo de “avanço”, de progresso, de superação do “atraso”. Pode-se dizer que o que estava em jogo, para agentes como Rodrigues, era não apenas a ciência histórica, ou a especialização historiográfica, isso também, mas a própria história do Brasil, pensada como “corpo do tempo”, um tempo histórico: seu roteiro (ou até mesmo seu destino) como grande nação moderna dependia desta relação. O realismo incorporado à ciência que poderia contribuir

⁶⁴ DERRIDA, op. cit., 1996, p. 10-11.

com a solução de seus muitos problemas. Novas pesquisas históricas e novas fontes possibilitariam novas interpretações e, esclarecidas por elas, novas ações transformadoras dos rumos desta mesma história poderiam ser ensejadas.

A Biblioteca Nacional foi um dos palcos principais da produção e transmissão de memória e informação histórica em meados do século XX. Uma análise mais detida não apenas acerca desta como também de outras instituições permitirá ampliar o quadro bastante sintético aqui apresentado. Os embates pela função social das bibliotecas e arquivos, os projetos concretizados (ou, talvez ainda mais importante ainda, os não concretizados) de preservação e transmissão de memória e cultura ficarão mais claros desta forma, assim como o que se imaginava a respeito do modo como deveria ser narrada a nova história do Brasil. Ative-me ao estudo da trajetória de Rodrigues na BN, mas, como já mencionado, ele transitou em postos de poder em várias delas.⁶⁵

Assim, atuações como as de José Honório Rodrigues dentro da BN não devem ser menosprezadas como trivialidade biográfica, pois permitem que se expandam alguns pontos do conhecimento da trajetória deste intelectual bem como o papel das instituições de cultura no Brasil. A publicação de documentos que oferecessem elementos (novos) para o fundamentar e de certa forma materializar o passado da sociedade, da economia e da cultura brasileiras eram cuidadosamente elaborados para servirem de matrizes e referências para *especialistas* e partiam de interpretações que as configuravam como informações de valor histórico. Ora, este valor era

⁶⁵ As razões que levaram ao afastamento de Rodrigues da Direção da BN são ainda muito nebulosas. Segundo depoimento de sua esposa, Lêda Boechat Rodrigues, tudo aconteceu ainda em 1953, em meio à inauguração da Exposição Capistrano de Abreu, por conta de uma “vingança pessoal” de um dos assessores do então Ministro da Educação, José Linhares, contra um ato administrativo promulgado por Rodrigues na véspera. No dia seguinte à inauguração, assevera a depoente, “às 11 horas em ponto, hora regulamentar da abertura da repartição, lá estava o decreto demitindo JHR da Direção Geral Interina da Biblioteca Nacional. Mas isso não era tudo. [...] No caso [...], veio esta ordem: ‘Nenhuma das vitrinas da Exposição poderia ser fotografada; era proibida a feitura do *Catálogo da Exposição*. Se houvesse algum vazamento dessa ordem para a imprensa diária, seria aberto inquérito administrativo e o responsável seria severamente punido. JHR estava de mãos e pés atados. Em 23.10.53, foi nomeado Diretor Geral Interino da Biblioteca Nacional o Sr. Medeiros Lima”. RODRIGUES, José Honório. *História da história do Brasil* (v. II). Tomo I: A historiografia conservadora (Coleção “Brasiliana”, Série “Grande Formato”, v. 23). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1988, p. XX-XXI. Apesar do tom de conspiração, e de uma pequena divergência na data em questão – pois, segundo Cunha Rodrigues não foi Diretor Interino na ocasião –, é de veras intrigante não haver registros oficiais da BN nem mesmo da solenidade de abertura da referida Exposição (que contou com ministros, diplomatas e intelectuais de enorme prestígio). Seu catálogo, de fato, não foi elaborado, bem como não encontrei matérias, fotos ou entrevistas nos jornais da época sobre a Exposição. Muitas referências sobre as publicações e eventos intelectuais celebrando o centenário de nascimento de Capistrano podem, contudo, ser facilmente encontradas nos mesmos periódicos. CUNHA, op. cit., 1984, p. 251.

precisamente mensurado pelas interpretações abertas e as expectativas em jogo na compreensão do processo histórico brasileiro.

Contudo, não se trata de confundir os artefatos de memória com a memória “em si”, nem tampouco encerrar a Biblioteca Nacional como um insólito lugar de memória. Memória aqui não pode ser pensada metaforicamente. Aliás, para que se empregue a expressão francesa, *lieux de mémoire*, teríamos de concordar com a premissa de Pierre Nora de que não existe mais memória viva, mas apenas restos. Artefatos de memória não se confundem com atos mnemônicos, ou atos de rememoração, ou ainda atos mnemônicos de representação, ou, mais simplesmente, com a memória. Por isso, na esteira de Jan Assmann,⁶⁶ assevero que a relação aqui entre memória e os objetos que despertam ou acionam o processo de recordação é de ordem “metonímica”: podemos relacionar o fenômeno da recordação ao objeto que a faz se lembrar. Essa relação também obedece a regras e dinâmicas próprias, estando atada também a questões que evidenciam sua temporalidade, isto é: o “mesmo” objeto, ou artefato de memória, pode despertar recordações distintas (até mesmo opostas); pode acionar representações, mobilizar sentidos e interpretações diferentes em espaços e momentos distintos: sua forma não guarda um conteúdo que se confunde com ele mesmo.

Metaforicamente, Nora diz que “lugares de memória” guardam o que sobreviveu da memória viva, como um continente que comporta ou carrega um conteúdo fixo: como um vaso, por exemplo, contendo água. Entretanto, o objetivo aqui não é reiterar a memória como um fenômeno materialmente tangível, corporificado ou armazenado em lugares, objetos, discursos etc. Meu foco reside, pois, nas interpretações do agente por trás dos artefatos de memória (abordagem indutiva) – razão pela qual me detive apenas nas explicações introdutórias de Rodrigues.

À luz destas considerações, é possível identificar dois elementos que aproximam a memória e história não contempladas pelos estudos que a analisam como mero objeto a ser analisado “friadamente” pela razão histórica: 1) seu enraizamento na temporalidade (historicidade); e 2) sua dimensão ético-política, isto é, sua qualidade como ação e intervenção (no mundo). A hipótese que defendo aqui é que a agência de Rodrigues na produção de artefatos de memória (os documentos históricos) fazia-se imprescindível para que se que novas possibilidades historiográficas figurassem nos horizontes deste e de outros intelectuais naquele contexto. Não por simples empiria. Mas porque cada um destes artefatos era elaborado para a

⁶⁶ ASSMANN, op. cit., 2008, p. 111.

redefinição das fronteiras entre passado e presente e, por conseguinte, garantir que as projeções de futuro que se abriam pudessem encontrar esteios factíveis, justificáveis.

Como visto, então, este entrecruzamento de memória e história não configura fragilidade, ingenuidade ou gesto de má-fé intelectual. Pelo contrário, reforça o diagnóstico de que “o tempo” não é um agente universal que age sobre nós uniformemente; ele não passa por “vontade própria” (e cronologicamente). A relação entre passado, presente e futuro, a experiência do tempo, obedece a dinâmicas sociais vivas, por vezes mais resistentes, por outras mais fluidas, porém nunca ingênuas ou imparciais.⁶⁷ Os artefatos de memória analisados aqui não são “a memória”, mas interpretações que trazem à tona a dimensão inextrincável entre memória acumulada (arquivo) e historiografia e o modo como elas se imbricam de modo inelutável nos padrões de recordação que, apesar das convicções epistemologizantes de então, não estão fora da cultura (não são privilegiadas), mas são configurados, constituídos e somente possíveis dentro dela. História e memória nunca serão espelhos para “o real”, enquanto interpretações estão fundamentalmente ancoradas no mundo, na temporalidade e às necessidades ético-políticas complexas e multifacetadas que se nos apresentam cotidianamente.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Introdução – Da terceira margem eu so(u)rriro: sobre história e invenção. In: _____. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da história. Bauru: EDUSC, 2007.

ALVES JÚNIOR, Paulo. *Um intelectual na trincheira: José Honório Rodrigues, um intérprete do Brasil*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP. Marília, 2010.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. 6.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

AMED, Fernando. *As cartas de Capistrano de Abreu: sociabilidade e vida literária da belle époque carioca*. São Paulo: Alameda, 2006.

Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, vols. 66-75 (1948-1955) e 104 (1984).

⁶⁷ Sobre isso, ver os excelentes trabalhos de Berber Bevernage a respeito das tensões entre memória e história a partir dos estudos das Comissões da Verdade na Argentina, Serra Leoa e África do Sul BEVERNAGE, Berber. *History, Memory and State Sponsored Violence: time and justice*. New York: Routledge, 2013.

ANDRADE, Rosane Maria Nunes. A edição de documentos históricos do acervo da Biblioteca Nacional. In: *Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 2 a 6 de setembro de 2011, Recife: Quem tem medo da pesquisa empírica? Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-0441-1.pdf>>.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. O século XIX no contexto da redemocratização brasileira: a escrita da história oitocentista, balanço e desafios. In: _____; OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Disputas pelo passado: história e historiadores no Império do Brasil*. Ouro Preto: EDUFOP/PPGHIS, 2012.

_____. História da historiografia como analítica da historicidade. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 12, p. 34-44, ago. 2013.

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2011.

ASSMANN, Jan. Collective memory and cultural identity. *New German Critique*, n. 65, Cultural history/Cultural Studies, p. 125-133 (Spring-Summer 1995).

_____. Form as a mnemonic device: cultural texts and cultural memory. In: HORSLEY, Richard; DRAPER, Jonathan; FOLEY, John Miles (dir.). *Performing the gospel*. Orality, memory and mark. Essais dedicated to Werner Kelber. Fortress: Minneapolis, 2006.

_____. Communicative memory and cultural memory. In: ERLI, Astrid; NÜNNING, Ansgar (dir.). *Cultural memory studies*. An international and interdisciplinary handbook. Berlin/New York: 2008.

BANN, Stephen. *As invenções da história: ensaios sobre a representação do passado*. São Paulo: Editora UNESP, 1994.

BEHRING, Mário. Introdução. In: *Série Documentos Históricos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional/Imprensa Nacional, v. I, 1928.

BEVERNAGE, Berber. *History, Memory and State Sponsored Violence: time and justice*. New York: Routledge, 2013.

BILDEN, Rüdiger. *Carta a Arthur Ramos de 15 de agosto de 1941*. Manuscritos/BN, I-35, 23, 737, 1941. 2p. (Coleção Arthur Ramos).

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T.A. Editor, 1979.

_____. *O tempo vivo da memória*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique. *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

BRÖNSTRUP, Gabriela D'Ávila. Organizar acervos e publicar documentos históricos no Brasil nas primeiras décadas do século XX: considerações a respeito do trabalho de um historiador. *Cultura Histórica & Patrimônio*, Alfenas, v. 2, n. 1, p. 182-202, 2013.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

_____ (orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CUNHA, Waldir da. Diretores da Biblioteca Nacional, 1810-1984. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 104, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1984.

DERRIDA, Jacques. *Archive fever: a freudian impression*. Chicago: Chicago University Press, 1996.

DOSSE, François. *A História*. Bauru: EDUSC, 2003.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. A nação nos livros: a biblioteca ideal na coleção Brasileira. In: _____; MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida*. São Paulo: Annablume, 2006.

ENDERS, Armelle. Les lieux de mémoire, dez anos depois. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 132-137, 1993.

FARIA, Daniel. *O mito modernista*. Uberlândia: Ed.UFU, 2006.

FEINDT, Gregor; KRAWATZEK, Félix; MEHLER, Daniela; PESTEL, Friedemann; TRIMÇEV, Rieke. Entangled memory: toward a third wave in memory studies. *History and Theory*, 53, p. 24-44, feb. 2014.

FICO, Carlos; POLITO, Ronald. A história no Brasil (1980-1989): elementos para uma avaliação historiográfica. Ouro Preto: Ed.UFOP, 1992.

FRANÇA, Eduardo d'Oliveira. A teoria geral da história: considerações a propósito de um livro recente. *Revista de História*, São Paulo, n. 7, v. III, 1951.

FRANZINI, Fábio. *À sombra das palmeiras: a coleção Documentos Brasileiros e às transformações da historiografia nacional (1936-1959)*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2006.

FREIXO, André de Lemos. Um “arquiteto” da historiografia brasileira: história e historiadores em José Honório Rodrigues. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 31, n. 62, p. 143-172, 2011.

_____. *A arquitetura do novo: ciência e história da História do Brasil em José Honório Rodrigues*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, 2012.

_____. Ousadia e redenção: o Instituto de Pesquisa Histórica de José Honório Rodrigues. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 11, p. 140-161, dez. 2013.

FREYRE, Gilberto. _____. Documentos Brasileiros. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1936.

_____. Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano. In: SANTIAGO, Silviano (coord.). *Intérpretes do Brasil* (v. 2). Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000.

GADAMER, Hans Georg. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

GLEZER, Raquel. *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 1977 (2 vols.).

_____. Passado e presente: autores de fortuna variada. In: VARELLA, Flávia; MOLLO, Helena; PEREIRA, Mateus; MATA, Sérgio da (orgs.). *Tempo presente & usos do passado*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

GONTIJO, Rebeca. *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu da historiografia ao historiador*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense – UFF. Niterói, 2006.

_____. José Honório Rodrigues e a invenção de uma moderna tradição. In: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das; et. al. *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

GROYS, Boris. On the new. #Artnodes, dez. 2002. Disponível em: <<http://www.uoc.edu/artnodes/espai/eng/art/groys1002/groys1002.pdf>>.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, p. 31-47, jan./jun. 2005.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Rio de Janeiro: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HARTOG, François. *Regimes d'historicité: presentisme et expériences du temps*. Paris: Seuil, 2003.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IGLÉSIAS, Francisco. José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira. *Estudos Históricos*, n. 1, p. 55-88, 1988.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A história em questão*. Historiografia brasileira contemporânea. Petrópolis: Vozes, 1976.

LATOUR, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (orgs.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 2002.

MARQUES, Ana Luiza. *José Honório Rodrigues: uma sistemática teórico-metodológica a serviço da História do Brasil*. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2000.

MELLO NETO, José Antonio Gonsalves de. Bibliografia do Domínio Holandês. *Diário de Pernambuco*, Recife, 24 jun., 1951.

MEUCCI, Simone. *Gilberto Freyre e a sociologia no Brasil: da sistematização à constituição do campo científico*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas, 2006.

MORAES, Eduardo Jardim de. Modernismo revisitado. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 220-238, 1988.

MORAES, Rubens Borba de. *Portaria do diretor da Biblioteca Nacional (1945-1947)*. Manuscritos/BN, 65, 1, 005 n. 045, 1946. 7p.

_____. *Testemunha ocular: recordações*. Brasília: Briquet de Lemos, 2011.

_____; BERRIEN, William (orgs.). *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Souza, 1949.

NEVES, Margaria de Souza. Lugares de memória na PUC-Rio. Disponível em: <<http://nucleodememoria.vrac.puc-rio.br/site/lugaresmargarida.htm>>.

NICODEMO, Thiago Lima. Intelectuais brasileiros e a política de divulgação cultural do Brasil entre 1930-1950: primeiros apontamentos para o estudo do problema. *Dimensões*, v. 30, p. 110-132, 2013.

NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio*. Sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre, 2008.

NORA, Pierre (dir.). *Les lieux de mémoire* (7 vols.). Paris: Gallimard, 1984-1993.

_____. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

_____; LEGOFF, Jacques (orgs.). *História*. (3 vols.). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

NOVAIS, Fernando; SILVA, Rogério da (orgs.). *Nova História em perspectiva*. São Paulo: Cosacnaify, 2011.

_____. *Nova História em perspectiva* (v. 2). São Paulo: Cosacnaify, 2013.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. As raízes da ordem: os intelectuais, a cultura e o Estado. In: *A revolução de 30*. Seminário Internacional. (Coleção “Temas Brasileiros”, v. 54). Brasília: UNB, 1982.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989

_____. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PONTES, Heloisa. Retratos do Brasil: editores, editoras e Coleções Brasileira nas décadas de 30, 40 e 50. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil* (v. 1). São Paulo: Editora Sumaré, 1989.

RICÉUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Seuil, 2000.

_____. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2007.

RODRIGUES, José Honório. A edição brasileira do Barleus. Autores e livros, suplemento literário. In: *A Manhã*, Rio de Janeiro, 10 ago. 1941.

_____. *Introdução*. In: NIEUHOF, Johan. *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*. São Paulo: Livraria Martins, 1942.

_____. A função do livro e da biblioteca nos Estados Unidos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 jul. 1944a.

_____. Pesquisando a história do Brasil nos arquivos e bibliotecas da América do Norte. *A Noite*, Rio de Janeiro, 6 ago. 1944b.

_____. A universidade norte-americana trabalha para o bem comum do país. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 29 jul. 1944c.

_____. Uma viagem de pesquisas históricas. *R. IHGB*, Rio de Janeiro, v. 188, p. 14-29, jul./set. 1944 [1946].

_____. Rodolfo Garcia e Afonso Taunay. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 30 dez. 1945.

_____. *Teoria da história do Brasil: introdução metodológica*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

_____. Explicação. In: Documentos históricos da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 85, 1949.

_____. *As fontes da história do Brasil na Europa*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1950.

_____. (org.). *Catálogo da coleção do Visconde do Rio-Branco* (2 vols.). Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores / Instituto Rio Branco, 1950.

_____. *A pesquisa histórica no Brasil: sua evolução e problemas atuais*. Rio de Janeiro: INL, 1952.

_____. (org.). *Cartas ao amigo ausente*. José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio-Branco. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores / Instituto Rio Branco, 1953.

_____. Explicação. In: Documentos históricos da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 101, 1953.

_____. Explicação. In: Documentos históricos da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 103, 1954.

_____. Explicação. In: Documentos históricos da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 110, 1955.

RODRIGUES, Lêda Boechat (org.). José Honório Rodrigues e a Historiografia Brasileira. In: RODRIGUES, José Honório. *História da história do Brasil* (v. II). Tomo I: A historiografia conservadora (Coleção “Brasiliana”, Série “Grande Formato”, v. 23). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1988.

_____. (org.). *Correspondência de José Honório Rodrigues*. Rio de Janeiro: ABL, 2000.

_____. (org.). *Nova correspondência de José Honório Rodrigues*. Rio de Janeiro: ABL, 2004.

Série Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, vols. 71-110 (1946-1955).

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VELHO, Gilberto Velho. Memória, identidade, projeto. In: _____. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

YERUSHALMI, Yosef Hayim. *Zakhor: história judaica, memória judaica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

Recebido em: 21/01/2015

Aprovado em: 26/03/2015